

Reler Engels: sua resenha de *Para a crítica da economia política,* de Marx*

MICHAEL HEINRICH**

Por muito tempo, Marx e Engels foram considerados como uma unidade indissolúvel, tanto no sentido político quanto no científico. Seja lá o que um deles declarasse, isso deveria possuir, de modo equânime, validade para ambos. Essa concepção dominou não apenas o “marxismo-leninismo” do partido oficial da União Soviética; era algo amplamente disseminado, mesmo entre os muitos autores marxistas que não compartilhavam com esse marxismo. As primeiras dúvidas sobre essa unidade foram expressas por Georg Lukács, que constatou diferenças entre Marx e Engels em suas concepções de dialética e, em especial, criticou a tentativa de Engels de estender a dialética também à natureza (Lukács, 1970 [1923], p.63, nota 6). Desde os anos 1970, o conjunto da obra tardia desse autor, sobretudo *Anti-Dühring*,¹ foi colocado crescentemente sob a suspeita não apenas de ter popularizado as análises marxianas, mas também de falsificá-las. Engels foi concebido, por isso, como o inaugurador de um “marxismo” visto como problemático, que não tinha mais muito a ver com a crítica marxiana. Contra isso, os defensores de uma unidade intelectual entre Marx e Engels sustentaram que ambos cultivaram por anos um diálogo intenso sobre todo tipo de questão e que nunca ocorreu entre eles diferenças fundamentais. Muito pelo contrário, Marx não apenas conhecia o *Anti-Dühring*, mas também auxiliou Engels nesse

* Tradução do artigo “Engels wieder gelesen: Seine Rezension von Marx’Zur Kritik der politischen Ökonomie” por Laura Luedy e Hyury Pinheiro.

** Professor de Economia na Universidade de Ciências Aplicadas de Berlim. E-mail: m.heinrich@prokla.de

1 Cf. Friedrich Engels, *A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015. (N. T.)

trabalho: uma parte do *Anti-Dühring* na seção sobre economia nasce diretamente dos trabalhos preparatórios de Marx.

Tanto a representação da completa unidade científica e política de Marx e Engels, quanto a imagem de Engels como alguém que teria aplanado e falsificado a crítica marxiana me parecem insustentáveis. Há não apenas uma série de evidências convincentes a favor da existência de concepções distintas entre Marx e Engels; aliás, seria bastante inusitado se duas cabeças igualmente excepcionais e que trazem consigo tanto interesses distintos quanto experiências distintas dessem respostas idênticas para todas as questões científicas e políticas. Contudo, a representação de Engels como alguém que apenas teria aplanado a crítica marxiana é uma simplificação grosseira. Assim como é problemático responsabilizar Marx pelo stalinismo, é também questionável atribuir a Engels cada dogmatismo marxista.

A relação intelectual entre Marx e Engels é não apenas consideravelmente mais complexa do que as posições ora delineadas permitem supor; ela precisa, antes, ser distinguida segundo os diferentes campos e temas, bem como segundo os seus distintos momentos, pois tanto Marx quanto Engels possuíam extrema capacidade de aprender, de modo que suas concepções se transformavam ao longo do tempo. Irei me ocupar de modo detido da relação entre ambos na minha biografia de Marx.² Trato, a seguir, apenas de um pequeno recorte dessa relação, a saber, da resenha escrita em duas partes por Engels sobre o trabalho de Marx intitulado *Para a crítica da economia política: primeira brochura*³ e publicado em 1859.

Nessa resenha, Engels se expressou sobretudo acerca do método marxiano no interior da crítica da economia política. Ele distingue um método “lógico” de um “histórico”, mas chega, então, à conclusão de que haveria uma concordância fundamental entre desenvolvimento lógico e histórico. A partir disso surgiu na recepção da resenha um “método lógico-histórico” (uma expressão que Engels não empregou em lugar algum) que foi concebido por décadas como o “método marxiano”. Em razão disso, as declarações de Engels nessa resenha foram utilizadas como explicações completamente autoevidentes do texto marxiano. Isso foi comum não apenas no contexto do marxismo-leninismo soviético,⁴ mas também entre autores como Ronald Meek (1956, p.148 ss.; 1973, p.130 s.) ou Ernest Mandel (1976, p.21 s.).

No contexto da renovada discussão sobre a crítica da economia política que se introduz a partir do fim dos anos 1960 – discussão na qual não apenas *O capital*,⁵

2 O autor se refere a Michael Heinrich, *Karl Marx e o Nascimento da Sociedade Moderna*. São Paulo: Boitempo, 2018. (N. T.)

3 Cf. Karl Marx, *Para a crítica da economia política*. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.101-257. (N. T.)

4 Zeleny (1968) e Rosental (1973) realizaram as mais diferenciadas contribuições partindo dessa mesma orientação.

5 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. (N. T.)

mas também os *Grundrisse*⁶ e os *Resultados do processo imediato de produção*⁷ tiveram importante papel – a *Introdução* de 1857 atraiu fortemente a atenção. Contra a concepção engelsiana, foi sustentado que Marx evidentemente, chega, na seção sobre o método da *Introdução*, a um resultado oposto, o de que, na verdade, o desenvolvimento histórico e a apresentação das categorias não transcorreriam em paralelo (por exemplo, em Reichelt, 1970, p.233 s.; Backhaus, 1975, p.139 ss.).

Os defensores da unidade entre Marx e Engels tentaram minimizar essa evidente contradição com argumentos pouco plausíveis (por exemplo, Holzkamp, 1974, em sua resposta a Bischoff, 1973). Enquanto isso, os críticos dessa unidade se contentavam, na maioria das vezes, com a constatação da contradição e a tomavam como prova das incompreensões fundamentais de Engels, mas, em geral, não se questionaram uma vez sequer sobre o que levava Engels a suas declarações.⁸

I.

Engels chegou à crítica da economia política antes de Marx. Como filho de uma família de industriais, desde cedo viu o negócio familiar de dentro e, após a escola, obteve qualificação comercial. Já aos 18 anos visitou Manchester com seu pai, que era sócio de uma empresa estabelecida na cidade. Em 1844 enviou para os *Anais franco-alemães* seu *Delineamentos para uma crítica da economia nacional*,⁹ um artigo que Marx elogiou ainda em 1859, no prefácio a *Para a crítica da economia política: primeira brochura*, como um “esboço genial” (MEGA II/2, p.101; MEW 13, p.10). Foi sobretudo por meio desse artigo que Engels contribuiu para que o jovem Marx encontrasse o caminho para a crítica da economia.

Sem dúvida, Marx se recuperou rápido do atraso já nos anos 1840. E, a partir de 1850, no exílio londrino, Marx dá início a um segundo e aprofundado estudo sobre economia, o qual redonda inicialmente nos *Cadernos londrinos*

6 Karl Marx, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. (N. T.)

7 Karl Marx, *O capital. Livro I. Capítulo VI (inédito)*. Trad. do castelhano por Eduardo Sucupira Filho e corrigido e cotejado com a edição alemã por Célia Regina de Andrade Bruni. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (N. T.)

8 A análise mais extensa e diferenciada sobre a resenha de Engels no espaço germanófono foi oferecida por Kittsteiner (1977), que também investiga as causas das concepções de Marx e Engels. Concordo com sua argumentação em vários pontos. Vejo, no entanto, como questionável a fundamentação de sua tentativa de atribuir as diferenças entre os autores a um conceito distinto de ciência, pois, para isso, Kittsteiner precisaria conciliar as declarações de Engels presentes na resenha com um escrito seu surgido 25 anos mais tarde, o *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, como se os escritos de Engels constituíssem uma obra unificada e coerente. Não temos, de fato, nenhum documento a partir do qual se depreenderia a concepção de ciência que Engels tinha no fim dos anos 1850. Das contribuições anglófonas sobre a resenha de Engels, deve ser destacado, em especial, Arthur (1996, p.179-188) que, no entanto, não pôde tomar ciência do intenso debate alemão dos anos 1970, pois os respectivos textos não estavam traduzidos.

9 Friedrich Engels, *Esboço de uma crítica da economia política*. In: *Friedrich Engels: política*. Org. e trad. José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981, p.53-81. (N. T.)

escritos entre 1850 e 1853. Só então Marx superou o mero emprego crítico das categorias da economia política que caracterizou seus trabalhos dos anos 1840. Só em Londres desenvolveu uma crítica efetiva das categorias econômicas que deveria distinguir sua crítica da economia política. O primeiro resultado maior dessa crítica foram os *Grundrisse*, escritos no inverno de 1857-1858. Com base neles, Marx compôs, então, aquela *Primeira brochura* publicada em 1859 que seria resenhada por Engels.

Muitos autores que partem de uma unidade intelectual completa entre Marx e Engels lidaram com esse texto engelsiano como um tratado congenial ao método marxiano. Com isso foram, no entanto, completamente apagadas as circunstâncias em que ele surgiu. Enquanto Marx se ocupava intensivamente da economia política nos anos 1850, Engels passava a maior parte de seu tempo em Manchester, na firma “Ermen & Engels”, da qual seu pai era sócio. Nesse tempo, não possuía ali, de modo algum, uma posição de destaque. Ele foi tratado com muita desconfiança e, às vezes, literalmente vigiado, tanto por seu pai, que não concordava de modo algum com as ideias políticas do filho, quanto pelo sócio de seu pai, Peter Ermen, e seu irmão Gottfried. Com o dinheiro ganho, Engels manteve a família Marx ao longo de anos e, no tempo que restava a ele, não raro escrevia artigos para o *New York Tribune* que eram publicados sob o nome de Marx. Nos anos 1850, os artigos para o *Tribune* foram a mais importante fonte de renda para Marx. Não sobrava tempo a Engels para seus próprios estudos de teoria econômica. Isso se torna muito explícito quando Marx lhe informa pela primeira vez, em uma carta de 2 de abril de 1858, de modo detalhado sobre a concepção do plano de sua obra e, nessa ocasião, visivelmente aguarda um debate a respeito de seu conteúdo. A resposta de Engels de 9 de abril de 1858 foi, no entanto, muito breve e enfatizou o quão estranho o pensamento abstrato teria se tornado para ele:

O estudo de teu *abstract*¹⁰ da primeira metade da brochura me ocupou demais, *it is a very abstract abstract indeed*,¹¹ como não se pode evitar em razão da brevidade, e frequentemente tenho dificuldade em encontrar as passagens dialéticas, pois *all abstract reasoning*¹² se tornou muito estranho a mim. (MEGA III/9, p.126; MEW 29, p.319)

Isso não deve ter se alterado quando Marx pediu a ele, mais de um ano depois, em 19 de julho de 1859, uma resenha da *Primeira brochura* que fora publicada nesse meio tempo e que precisaria estar pronta, no mais tardar, na semana seguinte. Inicialmente, Engels nem mesmo reagiu, de modo que Marx novamente lhe solicitou a resenha em 22 de julho. Um tanto relutante, Engels respondeu em 25

10 Resumo, extrato sumário. (N. T.)

11 É, de fato, um resumo (extrato sumário) muito abstrato. (N. T.)

12 Todo raciocínio abstrato. (N. T.)

de julho que não poderia mais providenciar o artigo naquela semana, pois “isso é um *trabalho*, e para isso precisaria ter recebido *notice*¹³ com maior antecedência” (MEGA III/9, p.522; MEW 29, p.464). No dia 3 de agosto enviou, então, com nítido desconforto, a primeira parte da resenha a Marx:

Aqui está o início do art.[igo] sobre teu livro. Revise-o cuidadosamente e, caso não te agrade *in toto*,¹⁴ rasga-o e escreva a mim tua opinião. Estou tão desacostumado com essa espécie de escrita devido à falta de prática que tua mulher irá rir muito da minha falta de jeito. Se podes deixá-lo pronto, então o faça. Alguns exemplos convincentes da visão materialista seriam apropriados... (MEGA III/9, p.534; MEW 29, p.468)

Dado que não se encontram os exemplos sugeridos por Engels e que não há na correspondência nenhuma evidência de alterações textuais realizadas, Marx provavelmente admitiu o texto no jornal tal como o recebera de Engels. Como se depreende de sua carta, Engels estava tão pouco convencido de seu texto, quanto muitos de seus receptores no século XX.

II.

A resenha de Engels deveria ser publicada em três partes no *Das Volk*,¹⁵ jornal da associação alemã para a formação dos trabalhadores em Londres. Naquele tempo, *Das Volk* foi dirigido por Marx, não formalmente, mas na prática. A primeira parte, que trata da concepção materialista de história esboçada no prefácio do escrito de Marx, foi publicada em 6 de agosto de 1859; a segunda parte, que lida sobretudo com o método, em 20 de agosto. A terceira parte, que deveria tratar da mercadoria e do dinheiro, não veio a público, pois o jornal precisou interromper sua publicação por motivos financeiros. É provável que Engels sequer tenha escrito essa terceira parte.

Na primeira parte da resenha, Engels, de início, posiciona historicamente o escrito marxiano. Por conta do atraso econômico, a burguesia alemã, diferentemente da inglesa, não teria gerado até então nenhuma literatura econômica. O caso do “partido proletário alemão” foi, no entanto, distinto: “Toda sua teoria resultou do estudo da economia política e também data do instante do surgimento desse partido a economia alemã, científica e independente” (MEGA II/2, p.247; MEW 13, p.469). Ao falar aqui de “partido proletário alemão”, Engels não tem em mente nenhum partido em seu sentido hodierno enquanto forma fixa de organização com estatuto de partido, com membros e com funcionários eleitos – à época não havia esse tipo de partido –, mas sim todos aqueles que representam

13 Aviso. (N. T.)

14 Em sua totalidade (N. T.)

15 *O povo* (N. T.)

conscientemente os interesses do proletariado, em parte como pessoas singulares, em parte em pequenos grupos mais ou menos formais. Todos eles criticavam, de distintos modos, as relações econômicas.

No entanto, o que Engels diz na próxima frase não vale de modo algum para todo o “partido proletário alemão”: “Essa economia alemã se baseia essencialmente na concepção materialista da história, cujos traços fundamentais estão expostos brevemente no prefácio da obra mencionada” (ibid.). Essa concepção materialista não era de modo algum dominante. Na Alemanha, as representações religiosas eram, entre outras, significativas nos primórdios do movimento dos trabalhadores. Foram sobretudo Marx e Engels que, desde a segunda metade dos anos 1840, representavam uma tal “concepção materialista da história” e que quiseram afirmá-la contra a crítica moralizante do “verdadeiro socialismo”. Tiveram sucesso em relação a isso no interior da Liga dos Comunistas com o *Manifesto comunista*,¹⁶ mas ela formava apenas uma pequena parte do movimento dos trabalhadores de então. Mesmo Engels indica que a nova concepção enfrentou resistência não apenas entre a burguesia, “mas também entre a massa de socialistas franceses que queriam mudar o mundo com a fórmula mágica: *liberté, égalité, fraternité*”¹⁷ (MEGA II/2, p.249; MEW 13, p.471).

Quando, ao fim dessa primeira parte, Engels escreve que, após a derrocada da revolução de 1848-1849, “nosso partido” cedeu a outros a rixa entre emigrantes¹⁸ e “[estava] feliz por encontrar novamente algum sossego para estudar”, fica evidente que, agora, “nosso partido” referia-se, antes de tudo, aos próprios Marx e Engels. Contudo, a assertiva de que eles não teriam participado da rixa entre emigrantes não é completamente correta. No exílio inglês, Marx e Engels escreveram em 1852 um livro detalhado sobre essa rixa (*Os grandes homens do exílio*) que, por falta de um editor, não foi impresso e permaneceu, assim, desconhecido.

O fato de que Engels tenha enfatizado tão fortemente a concepção de história esboçada no prefácio marxiano certamente contribuiu para que ele fosse considerado, na sua recepção tardia, como um dos documentos de fundação do “materialismo histórico”. Contudo, Engels ainda não fala de modo algum aqui de uma grande teoria chamada “materialismo histórico”, mas sim de uma “concepção”, da concepção materialista de história. Ele acentua, então, que se trata de uma perspectiva determinada no interior da consideração da história, a qual no entanto – e isso Engels também destaca – deveria ser primeiro demonstrada

16 Karl Marx; Friedrich Engels, *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2002. (N. T.)

17 Liberdade, igualdade, fraternidade (N. T.)

18 A expressão “*Emigrantengezänk*”, traduzida aqui como “rixas entre emigrantes”, é usualmente empregada de maneira pejorativa para se referir a situações de disputa em torno de questões autointeressadas e menores travadas entre militantes políticos em exílio. O caso específico referido por Engels nessa ocasião diz respeito, sobretudo, às disputas travadas em Londres entre os círculos formados em torno de Gottfried Kinkel e Arnold Ruge. (N. T.)

no material histórico concreto, “pois é óbvio que, aqui, nada se pode fazer com uma mera frase” (MEGA II/2, p.249; MEW 13, p.471).

III.

Ao lidar com o método na segunda parte da resenha – parte sobre a qual a recepção desse texto no século XX se concentrou –, Engels segue o desejo declarado de Marx: “[Escrever] brevemente sobre o método e o que há de novo no conteúdo” (MEGA III/9, p.515). No entanto, o problema é que não se encontra nenhuma observação explícita sobre método no escrito de Marx e, mesmo em suas cartas, não há qualquer tratamento mais detalhado disso.

Engels começa com Hegel e a crítica de sua dialética. Para o leitor do escrito de Marx isso poderia ter sido um tanto surpreendente, pois a dialética hegeliana não era, ali, de modo algum o assunto. Por que, então, Engels se refere a Hegel? A recepção da filosofia hegeliana e sua crítica – sobretudo na primeira obra conjunta de Marx e Engels, *A sagrada família*¹⁹ – constituíram etapas decisivas em seus respectivos desenvolvimentos intelectuais. Além disso, Engels foi informado por meio de várias cartas de Marx sobre o fato de que o embate com Hegel teve um papel bem concreto na elaboração marxiana da crítica da economia política. Em 16 de janeiro de 1858, Marx – que se debruçava, então, sobre o manuscrito dos *Grundrisse* – compartilhou com Engels: “O fato de eu ter novamente folheado a *Lógica* de Hegel *by mere accident*²⁰ – Freiligrath encontrou alguns tomos de Hegel que pertenciam originalmente a Bakunin e enviou a mim como presente – me prestou um grande serviço no método da elaboração” (MEGA III/9, p.24 s.; MEW 29, p.260). Marx foi ainda mais explícito em sua carta de primeiro de fevereiro de 1858 ao fazer a seguinte observação sobre a obra econômica planejada por Ferdinand Lassalle:

Percebo a partir dessa nota [uma anotação no livro de Lassalle sobre Heráclito que se referia à análise do dinheiro, M. H.] que o sujeito pretende, em seu segundo grande *opus*,²¹ expor a eco.[nomia] polít.[ica] de modo hegeliano. Para seu azar, ele aprenderá que uma coisa é levar uma ciência, por meio da crítica, precisamente ao ponto de se poder apresentá-la dialeticamente, e outra bem diferente é aplicar um sistema de lógica pronto e abstrato a noções desse mesmo sistema. (MEGA III/9, p.59; MEW 29, p.275)

Na última frase, Engels pôde discernir sem dificuldades a própria intenção de Marx.²² Lê-se o começo da segunda parte da resenha quase como um comentário

19 Karl Marx; Friedrich Engels, *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Trad. org. e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011. (N. T.)

20 Por mero acaso (N. T.)

21 Obra (N. T.)

22 Três semanas mais tarde, em carta endereçada a Lassalle em 22 de fevereiro de 1858, Marx caracterizou seu projeto como segue: “O trabalho em que estou envolvido no momento é a *crítica das categorias*

a essa observação. Engels registra, de início, que a crítica marxiana da economia mira não apenas as questões singulares controversas, mas também a ciência econômica como um todo. “Desenvolver uma ciência em sua própria conexão interna” (MEGA II/2, p.250; MEW 13, p.472) teria sido a realização de Hegel (desde então não mais alcançada). Entretanto, prossegue Engels, “o método hegeliano em sua forma disponível [é] absolutamente inutilizável, é essencialmente idealista... Ele partiu do puro pensar e, aqui, teve que partir dos fatos mais renitentes”. Apesar disso, o modo hegeliano de pensar teria assentado como fundamento um enorme sentido histórico. “Ainda que a forma fosse abstrata e idealista, seu desenvolvimento do pensamento caminhou de todo modo paralelamente ao desenvolvimento da história mundial, e o último deve ser, na verdade, apenas a prova do primeiro” (MEGA II/2, p.251; MEW 13, p.473).

Essas asserções, no entanto, mais levantam questões do que respondem. Por um lado, Engels enquadra a filosofia hegeliana em um “idealismo” estranho ao mundo, preso ao “puro pensar”; por outro lado, precisa reconhecer o quanto de realidade essa filosofia contém. Para explicar esse curioso diagnóstico, Engels defende que o desenvolvimento hegeliano do pensamento e o desenvolvimento factual da história transcorrem “paralelamente”. Se, porém, o método hegeliano partiu do “puro pensar” e não dos “fatos”, como foi possível, de resto, que o desenvolvimento de pensamento hegeliano transcorresse “paralelamente ao desenvolvimento da história mundial”?

Com sua tese do paralelismo, Engels só pode invocar Hegel de maneira muito restrita. Na *Filosofia do Direito*, Hegel enfatiza “que a ordem do tempo no fenômeno efetivo é em parte outra que a ordem do conceito. Por exemplo, não se pode dizer que a propriedade tenha estado aí antes da família, e, apesar disso, ela é tratada antes desta” (HW 7, p.86, adendo ao §32).²³ As *Lições sobre a História da Filosofia* de Hegel poderiam servir melhor de apoio à concepção de Engels. Na sua introdução, Hegel faz a afirmação de que “a sucessão dos sistemas da filosofia na história é a mesma que a sucessão na derivação lógica das determinações do conceito na ideia”. Contudo, ele logo restringiu novamente esse paralelismo, no que observou de modo um tanto enigmático que, “de um lado, a sequência enquanto sequência temporal da história” se distingue “da sequência na ordem dos conceitos. Mostrar de maneira mais precisa onde jaz esse aspecto nos conduziria, porém, para muito longe de nossos fins [nesta exposição]”. Logo a seguir, ele registrou o ponto decisivo: “para conhecer o progresso da filosofia na aparência e na figura empírica em que ela historicamente ocorre como desenvolvimento da

econ.[ômicas], ou *if you like* [se preferir], o sistema da economia burguesa criticamente apresentado. Ele é, ao mesmo tempo, apresentação do sistema e crítica do sistema por meio da apresentação” (MEGA III/9, p.72; MEW 29, p.550). Essa declaração marxiana – que é frequentemente citada hoje em dia e que denomina o dimensionamento da crítica *por meio* da apresentação de modo muito mais claro do que o trecho anteriormente referido – não era, contudo, conhecida por Engels.

23 Tradução do professor Marcos Lutz Müller, a ser publicada em breve pela Editora 34. (N. T.)

ideia, precisa-se, evidentemente, já trazer consigo o conhecimento da ideia [...]” (HW 18, p.49). Em outras palavras: só se pode conhecer o afirmado paralelismo entre o desenvolvimento histórico dos sistemas filosóficos e o desenvolvimento lógico das determinações da ideia se o desenvolvimento lógico da ideia já tiver sido compreendido. O paralelismo não é, portanto, de maneira alguma dado imediatamente, mas é, sim, um resultado mediado – que, no entanto, Hegel não quis pôr como fundamento de sua apresentação da história da filosofia.

O problema fundamental de Engels – a saber, conciliar o “idealismo” da filosofia hegeliana com seu caráter de conter realidade (*Realitätshaltigkeit*) – me parece se basear no fato de que a filosofia hegeliana se fecha fundamentalmente à classificação simples de “idealista” (classificação que encontramos não só em Engels, mas também em Marx). Para os contemporâneos de Hegel, tal classificação era qualquer coisa menos autoevidente. Ainda em 1848 encontra-se na *Enciclopédia de Wigand*,²⁴ no verbete “Idealismo”, a indicação de que Hegel não poderia ser designado precisamente como idealista (Band 6, p.872).²⁵ Esse déficit tanto da concepção marxiana quanto da engelsiana sobre Hegel não pode, no entanto, ser mais bem investigado aqui. Irei ocupar-me dos detalhes desse tema no segundo volume de minha biografia de Marx.

Depois da caracterização de Hegel, Engels trata – muito brevemente – da crítica de Marx ao autor. Marx teria sido o único a conseguir “descascar da lógica hegeliana o cerne que abrange as efetivas descobertas de Hegel nesse campo, e colocar o método dialético, despido de seus invólucros idealistas, na figura simples em que ele se torna a única forma correta do desenvolvimento do pensamento”. Esse seria o “método que subjaz como fundamento da crítica da economia política de Marx” (MEGA II/2, p.252; MEW 13, p.474). No entanto, a caracterização que Engels faz da crítica marxiana permanece completamente vaga. Nem a “figura simples” daquele método é esboçada, nem se mostra que consequências têm o fato de que esse método permanece como fundamento da crítica à economia política. Não se trata de muito mais do que a mera alegação de que Marx teria criticado

24 Otto Wigand foi o editor de muitos escritos jovem-hegelianos, incluindo “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, de Engels.

25 Vale notar nesse verbete que, para Wigand (1848), o “verdadeiro criador do Idealismo é Berkeley, que afirmava que Deus, o espírito infinito, cria imediatamente, em cada espírito finito, a representação do corpóreo, do mundo. Esse Idealismo foi chamado de dogmático e até mesmo de místico”. Em face dele, o Idealismo kantiano, chamado de “crítico, transcendental e formal”, não é entendido aqui propriamente como “Idealismo”, dado que Kant “não duvidava do ser-aí efetivo das coisas, mas apenas da sua correta representação”. Fichte, por sua vez, ensinava que “o mundo é um produto do eu”, pelo que seu Idealismo “costuma ser chamado de autoteísta”. Já “Schelling – que buscou afinar o ideal com o real enquanto dissolveu o ser e o saber, a natureza e o espírito, o um e o todo no ser infinito de Deus – e Hegel – que igualmente assumia a unidade do conceito e do ser – não podem, por isso, ser chamados de idealistas”. Portanto, supondo a visão de Wigand como expressão de seu tempo, classificar uma filosofia como “idealista” nos anos 1840 significava reconhecer nela a ideia ou o sujeito ocupando uma posição de autonomia e domínio em relação à existência sensível ou ao objeto, sendo, assim, a unidade entre ambos um indício “não-idealista”. (N. T.)

Hegel com sucesso e de que ele teria também comprovado de fato o que, em Hegel, estaria por se comprovar.

IV

O parágrafo seguinte veio a ser decisivo para a recepção. Segundo afirma Engels, de acordo com o método adquirido, a crítica da economia política pode ser, de fato, esboçada “lógica” ou “historicamente”. No entanto, ele não tornou explicitamente claro o que quis dizer com “lógica” ou “historicamente”. Precisamos, então, deduzir isso de suas declarações:

Dado que na história, assim como em seu espelhamento literário, o desenvolvimento em linhas gerais também avança das relações mais simples às mais complexas, o desenvolvimento literário-histórico da economia política concedeu um fio condutor natural ao qual a crítica pôde se atrelar, e, em linhas gerais, as categorias econômicas apareceriam aí na mesma ordem que no desenvolvimento lógico. (MEGA II/2, p.252; MEW 13, p.474f)

“Historicamente” ocorre aqui em uma figura dupla: como a história econômica factual e como seu “espelhamento literário”, como a história das teorias econômicas, portanto. O “desenvolvimento lógico” das categorias deve evidentemente consistir em uma apresentação progressiva que parte das relações mais simples às mais complexas. Mas o que são relações “simples”? É o processo de trabalho? É a mercadoria? O dinheiro? Ou é a ação conjunta dos ditos três fatores de produção, a saber, trabalho, capital e terra? A relação “simples” e a categoria que a expressa de maneira alguma são evidentes; sua determinação é, ainda nesse momento, um ato conduzido pela teoria. Se a história econômica e seu espelhamento literário de fato começam com as relações mais simples, isso não é algo a respeito do que se pode decidir com base numa mera descrição de sequências fáticas.

Embora Engels conceba o “desenvolvimento literário-histórico” como “fio condutor natural”, ele constata, no mesmo parágrafo, que a apresentação não poderia, decerto, se orientar por ele, pois a história transcorreria “frequentemente por saltos e em ziguezague”. A partir disso, Engels conclui:

o modo lógico de abordagem era, portanto, o único apropriado. Esse modo, no entanto, não é outro que o histórico, despido da forma histórica e das contingências perturbadoras. Tal como essa história começa, assim esse curso de pensamento precisa começar, e seu progresso mais amplo nada será além da imagem espelhada, na forma abstrata e teoricamente mais consequente do curso histórico. (MEGA II/2, p.253; MEW 13, p.475)

O modo “lógico” de abordagem se torna, aqui, uma abordagem “histórica” retificada, isto é, um desenvolvimento histórico sem ziguezague. A partir disso, na história da recepção do século XX, o método “lógico-histórico” foi, então,

atribuído sem mais a Marx por aqueles que supunham uma unidade intelectual entre esse autor e Engels.

Críticos dessa concepção tiveram uma tarefa fácil. Na “Introdução” de 1857, Marx discutira detalhadamente a relação entre o devir histórico e o desenvolvimento lógico, o que resultou, então, no seguinte registro:

Seria, portanto, impraticável e falso deixar que as categorias econômicas sucedam umas às outras na sequência em que, historicamente, foram as categorias determinantes. Antes, sua ordem é determinada através da referência que elas fazem umas às outras na moderna sociedade burguesa, e que é precisamente o inverso daquilo que aparece como sua ordem natural²⁶ ou da série que corresponde ao desenvolvimento histórico. (MEGA II/1.1, p.42; MEW 42, p.41)

V

A pergunta interessante é, no entanto, como Engels chegou de resto à sua concepção de paralelismo entre o desenvolvimento lógico e o (literário-)histórico das categorias. Um motivo importante para isso me parece ser a comunicação insuficiente entre Marx e Engels. Eles certamente trocaram opiniões sobre problemas políticos, sobre ações de amigos e de opositores em um grande número de cartas. No entanto, uma discussão efetiva de questões teóricas da crítica da economia política mal ocorreu. Marx deu apenas indicações muito escassas sobre seu trabalho. Engels não pôs os olhos nem sobre os *Grundrisse* nem sobre os manuscritos da *Primeira brochura*. Mesmo mais tarde, esse continuou sendo o caso. Engels viu pela primeira vez o texto do livro primeiro de *O capital* quando Marx lhe enviou as provas de impressão. Na correspondência dos anos 1850 e 1860 há ainda muito mais exemplos de que Marx recorre aos conhecimentos especializados de Engels sobre comércio, sem que, contudo, sejam travados debates teóricos efetivos entre ambos. A consequência disso foi que Engels, à ocasião da morte de Marx, não sabia em absoluto em que estado de elaboração estavam os livros dois e três de *O capital*. Ele tomou conhecimento disso apenas durante a revisão dos manuscritos póstumos.²⁷

O primeiro e único relato algo detalhado sobre o plano da *Primeira brochura* consta na já referida carta de Marx a Engels de 2 de abril de 1858. Marx começa com o plano de seis livros (sobre o capital, a propriedade da terra, o trabalho assalariado, o Estado, o comércio internacional e o mercado mundial) e adiciona, como explicação:

26 O adjetivo “*naturgemäß*”, que traduzimos, aqui, por “natural” é originalmente formado por uma associação do radical Natur (natureza) e do sufixo -gemäß, que significa “de acordo com”, “na medida de”. Em contraste com “*naturell*” (natural) ou “*natürlich*” (naturalmente, natural), a expressão “*naturgemäß*” pode ser entendida como indicando uma associação menos imediata com o que se entenda, nesse contexto, “natureza”. (N. T.)

27 Ver suas cartas a Lawrow do dia 2 de abril de 1883 (MEW 36, p.3), a Nieuwenhuis, do dia 11 de abril de 1883, (MEW 36, p.7) e a Bernstein, do dia 14 de abril de 1883 (MEW 36, p.9).

A passagem do capital para a propriedade da terra é igualmente histórica, pois a forma moderna da propriedade é produto da ação do capital sobre a propriedade feudal da terra etc. Assim também a passagem da propriedade da terra para o trabalho assalariado é não só dialética, mas também histórica, pois o último produto da moderna propriedade da terra é o pôr universal do trabalho assalariado, que então aparece como base de toda a merda. (MEGA III/9, p.122; MEW 29, p.312)

Também no esboço da determinação do dinheiro “enquanto dinheiro” Marx escreve:

a circulação simples de dinheiro não tem dentro de si o princípio da autorreprodução e, portanto, aponta para além de si. No dinheiro – como mostra o desenvolvimento de suas determinações – está posta a exigência do valor que entra na circulação, que se mantém nela e que, igualmente, a põe – o *capital*. Essa passagem é igualmente histórica. A forma antediluviana do capital é o capital comercial que continuamente desenvolve o dinheiro. Igualmente [se dá] o surgimento do capital efetivo a partir do dinheiro ou do capital mercantil que se apodera da produção. (MEGA III/9, p.125; MEW 13, p.317)

Caso se conheça, como Engels, apenas essa carta, pode-se, então, chegar definitivamente ao pensamento de que Marx parte de um paralelismo sistemático entre o desenvolvimento “lógico” (dialético-conceitual) das categorias e a consumação histórica das relações econômicas correspondentes a essas categorias. Como, porém, se depreende da “Introdução” de 1857, Marx não partiu precisamente de um paralelismo consistente: às vezes o desenvolvimento histórico pode corresponder à ordem das categorias no desenvolvimento conceitual, às vezes ele pode transcorrer de maneira exatamente inversa. As observações citadas a respeito das passagens “históricas” não tinham para Marx nenhum sentido sistemático e constitutivo da apresentação, precisamente; tratava-se de observações, por assim dizer, suplementares, o que, porém, não poderia se tornar claro de maneira alguma para Engels apenas com base nessa carta.

A questão a respeito do paralelismo ou do não-paralelismo entre o desenvolvimento histórico e o desenvolvimento conceitual das categorias não era, de modo algum, uma questão central para Marx. Como, no mais tardar, o *Urtext* de 1858²⁸ torna nítido, para ele a relação entre o desenvolvimento histórico e o conceitual diz respeito a uma questão completamente diferente. Por volta do fim desse texto

28 *Para a crítica da economia política: texto originário* (MEGA II/2, p.17-94) consiste em escritos fragmentários produzidos durante a elaboração de *Para a crítica da economia política: primeira brochura* (1859). Neles, Marx chega a esboçar a passagem do dinheiro ao capital, a qual acaba excluída da versão publicada. Sob o título de *Urtext zur Kritik der politischen Ökonomie*, esses fragmentos foram publicados pela primeira vez em 1941 junto aos *Grundrisse*. Ver Heinrich (2014, p.160). (N. T.)

Marx escreve: “Mostra-se determinadamente nesse ponto como a forma dialética da apresentação só é correta se conhece seus limites” (MEGA II/2, p.91). O ponto tratado nessa ocasião era a existência do “trabalhador livre”, isto é, das trabalhadoras e trabalhadores que, como pessoas, são juridicamente livres, tendo, portanto, a possibilidade de vender sua força de trabalho, e que, ao mesmo tempo, são livres dos meios de produção e de subsistência, de modo a precisarem vender sua força de trabalho. Esse é um pressuposto histórico “para o devir e, mais ainda, para o ser-aí do capital”, (ibid.) que não devem ser deduzidos dialeticamente. A “forma dialética da apresentação” supõe o capital já existente, pode mostrar suas determinações e dinâmica imanentes (por exemplo, o desenvolvimento da força produtiva, a acumulação, a propensão às crises) e pode também explicitar sobre quais pressupostos o capital se apoia (a existência das trabalhadoras e trabalhadores “livres”). Apenas uma análise histórica pode mostrar, porém, como esses pressupostos foram criados, e esse é, então, o ponto em que a “forma dialética da apresentação” não é mais suficiente, em que a consideração histórica precisa se tornar parte componente da apresentação. No livro I de *O capital* isso acontece no exame da “acumulação originária”, após as determinações do processo capitalista de produção terem sido esclarecidas.

Em *O capital*, um outro limite da apresentação dialética também se torna visível: a análise conceitual explicitou que os limites da jornada de trabalho não se deixam determinar conceitualmente, que eles são resultado da luta entre capitalistas e trabalhadores. Isto é, a duração da jornada de trabalho é um resultado histórico que só pode ser explicado através de uma investigação histórica. A análise histórica é, portanto, parte componente da apresentação da crítica da economia política, mas o é nos pontos e sob pressupostos que só são conquistados através da abordagem “lógica”. Isso nada mais tem a ver com a busca por paralelos entre o desenvolvimento “lógico” e o “histórico”, como ela é indicada na carta de Marx de 2 de abril de 1858.

O outro aspecto do “histórico” destacado por Engels, o “desenvolvimento literário-histórico” e seus paralelos com o desenvolvimento “lógico” das categorias, é sugerido, numa certa medida, pela própria *Primeira brochura*: depois da abordagem de uma categoria, Marx esboça o desenvolvimento histórico das teorias sobre ela. Após a análise da mercadoria no primeiro capítulo, segue a seção “Apontamentos históricos para análise da mercadoria”; após a abordagem do dinheiro como medida do valor, segue a seção “Teorias da unidade de medida do dinheiro” e, ao final do capítulo sobre o dinheiro, seguem, então, as “Teorias sobre os meios de circulação e o dinheiro”. No *Manuscrito de 1861-63*, que foi esboçado como a continuação direta da primeira brochura, encontram-se, depois da análise do capital e do mais-valor, as *Teorias sobre o mais-valor*. Tal abordagem fragmentada pressupõe que as teorias das categorias singulares se deixam apresentar, na medida do possível, como independentes umas das outras e na mesma ordem

que o desenvolvimento “lógico” das categorias, o que Engels, então, interpretou como paralelismo entre o desenvolvimento literário-histórico e o lógico.

No trabalho com as *Teorias sobre o mais-valor* tornou-se claro para Marx, no entanto, que essa escrita fragmentada da história da teoria não é mais viável: as teorias do mais-valor – de uma categoria da qual a economia burguesa de maneira alguma dispôs explicitamente e que, no máximo, estava implicitamente disponível – não se deixam absolutamente formular sem ao menos as “teorias do lucro”. Por isso, com *O capital* redigido a partir de 1863, Marx desistiu do plano de escrever uma história da teoria em separado para cada categoria singular. Uma “história da teoria” deveria formar um livro próprio, o livro IV de *O capital*.²⁹

Nem Marx, nem Engels retornaram alguma vez a essa resenha. Aqueles que acreditam na completa unidade intelectual de Marx e de Engels deduzem do silêncio do primeiro um consentimento: de acordo com o argumento habitual, se Marx conheceu a resenha e não a contradisse, então ele deve necessariamente tê-la aceitado como uma apresentação adequada de suas próprias posições. A mim parece, antes, ser correto o oposto. Marx estimava Engels enquanto cientista, assim como enquanto amigo que o apoiou tanto material quanto idealmente ao longo de toda sua vida. Sempre que possível, procurou citar os escritos de Engels. No livro I de *O capital* foram citados, de Engels, quatro vezes os *Delineamentos para uma crítica da economia nacional* de 1844, onze vezes *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*³⁰ de 1845, e duas vezes o ensaio sobre a lei inglesa das dez horas, publicado em 1850. O fato de que ele não tenha citado uma só vez a resenha de Engels importa tanto mais, dado que, no posfácio à segunda edição, ele se ocupa exatamente dos problemas metódicos da apresentação, assim como de sua relação com a filosofia hegeliana, algo que também está no centro da resenha de Engels. Se ele partilhasse das concepções de seu amigo, provavelmente teria mencionado sua resenha nessa ocasião com o maior prazer. Que ele tenha, porém, evitado isso, permite que se suspeite que ele não partilhava exatamente dessas concepções.

A resenha de Engels não é nem um tratado congenial ao método marxiano, nem é simplesmente expressão de uma concepção que aplanar a crítica marxiana da economia política, concepção essa que no futuro se fortalece ainda mais. Na resenha, Engels precisou tomar posição quanto a questões com as quais ele mesmo não mais se ocupava há muito tempo e sobre as quais o estado de reflexão de Marx lhe era muito insuficientemente conhecido. A partir das poucas indicações que teve, ele procurou – num curtíssimo período de tempo – fazer o melhor que

29 Esse livro nunca foi escrito. Dado que as *Teorias sobre o mais-valor* surgiram graças ao conceito superado de uma história das categorias singulares, elas também não poderiam – em contraste com a opinião geral – ser consideradas como rascunho para esse livro IV de *O capital*.

30 Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. (N. T.)

lhe foi possível. Com a noção abrangente que temos dos textos de Marx e dos desdobramentos das questões postas por ele, bem como com o desaparecimento da questão sobre as passagens dialéticas e históricas, conseguimos hoje perceber facilmente os erros e insuficiências da resenha de Engels. Concebê-la, porém, simplesmente como a primeira expressão de um aplanamento engelsiano progressivo ou mesmo de uma falsificação ignora as condições sob as quais ela surgiu, e também a participação que as declarações de Marx tiveram nos mal-entendidos de Engels.

Siglas

HW

HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Werke in 20 Bänden*. Frankfurt/M.: Suhrkamp 1970.

MEGA

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe*. Berlin: Walter de Gruyter.

MEW

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz.

Referências bibliográficas

- ARTHUR, Christopher J. Engels as Interpreter of Marx's Economics. In: ARTHUR, Christopher J. (org.). *Engels Today: A Centenary Appreciation*. London: Macmillan, 1996, p.173-209.
- BACKHAUS, Hans-Georg. Materialien zur Rekonstruktion der Marxschen Werttheorie 2. In: *Gesellschaft*. Beiträge zur Marxschen Theorie 3. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1975, p.122-159
- BISCHOFF, Joachim. *Gesellschaftliche Arbeit als Systembegriff. Über wissenschaftliche Dialektik*. Westberlin: VSA, 1973.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (1821), HW 7. _____ . *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie* (1833), Band I, HW 18.
- HEINRICH, Michael. *Wissenschaft vom Wert. Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. 6. Aufl. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2014.
- HOLZKAMP, Klaus. Die historische Methode des wissenschaftlichen Sozialismus und ihre Verkennung durch J. Bischoff. *Das Argument*, 84, Jg. 16, H. 1/2, 1974, p.1-75.
- KITTSTEINER, Heinz Dieter. "Logisch" und "Historisch". Über Differenzen des Marxschen und des Engellschen Systems der Wissenschaft (Engels' Rezension "Zur Kritik der politischen Ökonomie" von 1859. In: *IWK*, Jg. 13, H. 1, 1977, p.1-47.
- LUKÁCS, Georg. *Geschichte und Klassenbewußtsein*. Darmstadt: Luchterhand, 1970 [1923].
- MANDEL, Ernest. Introduction. In: MARX, Karl. *Capital*. V.I. Harmondsworth: Penguin, 1976, p.11-86.

- MEEK, Ronald L. *Studies in the Labour Theory of Value*. Nova York: Monthly Review Press, 1956.
- MEEK, Ronald L. *Ökonomie und Ideologie. Studien zur Entwicklung der Wirtschaftstheorie*. Frankfurt/M.: EVA, 1973.
- REICHEL, Helmut. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Frankfurt/M.: EVA, 1970. Existe tradução em português da Editora da Unicamp.
- ROSENTAL, M. M. *Die dialektische Methode der politischen Ökonomie von Karl Marx*. Berlin: Dietz, 1973.
- WIGAND, O. *Wigand's Conversations-Lexikon. Für alle Stände*. Band 6. Leipzig, 1848.
- ZELNY, Jindrich. *Die Wissenschaftslogik bei Marx und "Das Kapital"*. Berlin: Akademie Verlag, 1968.

Resumo

O artigo analisa a resenha de Engels sobre *Para a crítica da economia política*, discordando tanto dos defensores de uma unidade científica e política completa entre Marx e Engels, quanto daqueles que apresentam Engels como um falsificador e simplificador da obra de Marx. O argumento do autor é que os erros e insuficiências presentes na resenha se devem às condições em que foi escrita, bem como às declarações do próprio Marx.

Palavras-chave: economia política, método, desenvolvimento lógico, desenvolvimento histórico.

Abstract

This article analyses the abstract in reference to Marx's *Critique of Political Economy*, written by Frederic Engels. The author disagrees with those that present Engels as having a complete accordance, scientific and political, with Marx, but also with those that accuse him of faking and simplifying his thought. Instead, the author argues that Engel's abstract fails because of the poor conditions in which he wrote, as well as Marx's statements.

Keywords: political economy; method; logical process; historical process.